

Política contábil
Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	Passivos			Passivos		
	Empréstimos financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivo de arrendamento	Empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	Dividendos a pagar	Passivo de arrendamento
Saldo em 31.12.23	1.626.153	3.908	24.226	1.626.153	3.908	24.226
Alterações que afetam caixa	(133.229)	(126.043)	(12.970)	(133.229)	(126.043)	(12.970)
Pagamento de dividendos	-	(126.043)	(10.765)	-	(126.043)	(10.765)
Passivos de arrendamento pagos	-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	29.154	-	-	29.154	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(11.514)	-	-	(11.514)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	(150.869)	-	-	(150.869)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	-	(2.205)	-	-	(2.205)
Alterações que não afetam caixa (*)	193.190	168.685	8.193	193.190	168.685	8.193
Passivos de arrendamento - Adição/baixa	-	-	5.988	-	-	5.988
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	195.429	-	-	195.429	-	-
Juros sobre passivos de arrendamento	-	-	2.205	-	-	2.205
Dividendos	-	168.685	-	-	168.685	-
Ajuste de swap	(2.239)	-	-	(2.239)	-	-
Saldo em 31.12.24	1.686.114	46.550	19.449	1.686.114	46.550	19.449

Saldo em 31.12.24

Alterações que afetam caixa

	Dividendos a pagar	Passivo de arrendamento		Dividendos a pagar	Passivo de arrendamento
Pagamento de dividendos	(169.796)	-	-	(169.796)	-
Passivos de arrendamento pagos	-	(9.683)	-	-	(9.683)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	-	-	286.107	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-	-	(100.121)	-	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	-	-	(194.810)	-	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	(5.177)	-	-	(5.177)
Alterações que não afetam caixa (*)	134.436	47.617	232.421	134.436	47.617
Passivo de arrendamento - Adição/baixa	-	42.440	-	-	42.440
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	-	-	225.674	-	-
Juros sobre passivos de arrendamento	-	5.177	-	-	5.177
Dividendos	134.436	-	-	134.436	-
Ajuste de swap	-	-	6.747	-	-
Saldo em 31.12.25	11.190	52.206	1.909.711	11.190	52.206

(*) Inclui apenas as principais operações que não afetam o caixa da Companhia no exercício.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Péricles Pereira Druck Presidente Paulo Iserhard Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto Paulo Sergio Viana Mallmann Roberto Faldini Maria Cristina Capocchi Ricciardi
DIRETORIA
Odivan Carlos Cargnin Diretor - Presidente André Camargo de Carvalho Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores Henrique Zugman Diretor de Negócios Papel e Florestal Lindomar Lima de Souza Diretor de Negócio Embalagem Fabiano Alves de Oliveira Diretor de Pessoas, Estratégia e Gestão
CONTADOR
Evandro Zabott CRC 1SC024961/0-8 “S” RS

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Exercício de 2025
O Comitê de Auditoria da Irani Papel e Embalagem S.A. (Comitê) é um órgão não estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, instalado em 10.09.2020. Atua de forma permanente e independente e com orçamento próprio. Suas competências seguem as normas do Regulamento do Novo Mercado da B3 e são as definidas no Estatuto da Companhia e no Regimento Interno do Comitê, disponível no endereço eletrônico: http://www.irani.com.br/wp-content/uploads/2020/12/REGIMENTO-INTERNO-DO-COMIT%C3%8A-DE-AUDITORIA.pdf . No exercício de 2025, o Comitê realizou dezenove reuniões ordinárias e extraordinárias, tratando dos temas: Área Financeira e Contabilidade, normas do CPC e CVM, estrutura de controle contábil, contingências, análise de demonstrações financeiras intermediárias e demonstrações financeiras do exercício e respectivas Notas Explicativas, acompanhamento e discussão de processos para gestão de riscos, acompanhamento e revisão do mapa de riscos, controles internos, digitalização, sistemas e armazenamento de dados, segurança de dados e da informação, inteligência artificial, transações com partes relacionadas, impairment de ativos fixos e intangíveis, acompanhamento da avaliação de ativos biológicos, descontinuidade da linha de negócio de resinas, acompanhamento o planejamento para adoção das normas IFRS1 e IFRS2, o planejamento e as mudanças de sistemas para adaptação à Reforma Tributária, e outros temas de interesse da Companhia. O Comitê discutiu o planejamento e acompanhou os trabalhos da auditoria interna, assessorou o Conselho de Administração na discussão de políticas e procedimentos e acompanhou as reuniões ordinárias do Conselho de Administração, realizando em cada uma o relato de suas atividades no período. Seguindo as boas práticas, o Comitê manteve reuniões em separado com os auditores independentes para discussão dos trabalhos de revisão de cada uma das demonstrações financeiras intermediárias e da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2025. O Comitê examinou as minutas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Irani Papel e Embalagem S.A. e de suas controladas, e respectivas Notas Explicativas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O exame incluiu discussões com a Administração, Contabilidade, áreas Jurídica e de Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Auditoria Independente. Nos acompanhamentos, discussões e exames realizados, o Comitê não teve conhecimento de fatos que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras, e não encontrou evidências ou indícios de erro ou fraude. O Comitê opina que as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025 da Irani Papel e Embalagem S.A. estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2026. Comitê de Auditoria da Irani Papel e Embalagem S.A.
Roberto Lamb Membro e Coordenador do Comitê Roberto Faldini Conselheiro de Administração e Membro do Comitê Wladimir Omiechuk Membro do Comitê
PARECER DO CONSELHO FISCAL Exercício de 2025
O Conselho Fiscal da Companhia Irani Papel e Embalagem S.A., em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., datado de 20 de fevereiro de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. Porto Alegre, RS, 20 de fevereiro de 2026. Rosângela Costa Söffert Presidente do Conselho Fiscal Renê Sanda Leticia Pedercini Issa Conselheiros Fiscais

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Aos Administradores e Acionistas
Irani Papel e Embalagem S.A.
Opinão

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Irani Papel e Embalagem S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Valor justo dos ativos biológicos (Nota 14) A Companhia possui, principalmente, o cultivo e plantio florestas de pinus, denominadas ativos biológicos, para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas para colocar o ativo em condição de uso ou venda, aplicando-se a metodologia de abordagem de renda (income approach). Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da Administração e que incluem: Índice de crescimento das diferentes florestas, preço da madeira em pé em diferentes regiões, preço da resina, taxas de desconto dos fluxos de caixa, plano de colheita das florestas e volume decorrente produtividade da madeira. Essa área foi considerada por nós como uma área de foco em nossa auditoria em virtude da relevância do saldo dos ativos biológicos, do julgamento significativo da Administração em relação às premissas antes mencionadas, com impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros e com o apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, a atualização do entendimento da metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no respectivo cálculo. Assim, revisamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Para as principais premissas e dados considerados significativos no âmbito da auditoria, avaliamos o comportamento histórico vis a vis as projeções efetuadas, bem como discutimos a razoabilidade das premissas e dados utilizados com a administração. Confrontamos, em base de testes, os dados utilizados com documentos comprobatórios. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na mensuração do valor justo. Comparamos as informações divulgadas nas notas explicativas com a avaliação e cálculos elaborados pela administração, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos biológicos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos.

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6
Rafael Biedermann Mariente
Contador CRC 1SP243373/O-0